



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
18 DE MARÇO DE 2014

N.º 7/2014

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva Guedes, José Manuel Moreira Lopes,
Dr. Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respectiva reunião. -----



SUMÁRIO

Pág.

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

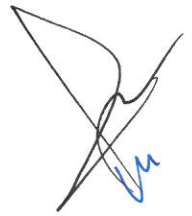
1 – Cedência da loja do Bairro da Quinta das Canas – Celebração do Contrato de Comodato.....	3
2 – Doação do Bairro do Padre Mendes – Medrões	5
3 – Prestação de serviços – Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal de Contas – Emissão de Parecer Prévio	6

Tesouraria

4 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 13 de março de 2014.....	10
---	----

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

5 – Adesão do município à Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal	10
6 – Sanhoane Sport Clube – Pedido de apoio financeiro	11



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Cedência da loja do Bairro da Quinta das Canas –
Celebração do Contrato de Comodato**

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000, Instituição de Particularidade Solidariedade Social, através de ofício com registo de entrada nos serviços desta Câmara Municipal n.º 271, datado de 13 de Fevereiro do corrente ano, solicita a cedência da loja, sita no Bairro da Quinta das Canas, rés-do-chão, Bloco C, para instalação da Clínica Social, onde serão exercidas atividades de Fisioterapia, Terapia da Fala e Psicologia. -----

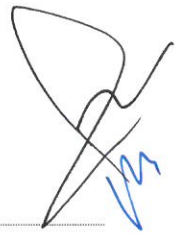
----- Considerando que o referido espaço se encontra desocupado, proponho que o Executivo Municipal delibere a cedência da referida loja à Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000 e, ao mesmo tempo, aprove a minuta do contrato de comodato que se junta.”-----

----- MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO -----

----- PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, Pessoa Coletiva n.º 506 829 138, aqui representado pelo seu Presidente da Câmara, LUIS REGUENGO MACHADO, Cartão de Cidadão n.º 06666639 2ZZ1 emitido pela República Portuguesa, com poderes para o ato, conforme o disposto nas alíneas a) do n.º 1 e h) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2001 de 11 de Janeiro e pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, devidamente autorizado por deliberação da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião.-----

----- SEGUNDO OUTORGANTE: A Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A 2000, Pessoa Coletiva n.º 505045125, aqui representada pelo Presidente da Associação ANTÓNIO JOSÉ MARTINS RIBEIRO, portador do Cartão de Cidadão n.º....., emitido pela República Portuguesa, com poderes para o ato, conforme se constata pela Ata n.º ... datada de de de -----

----- Entre ambos os Outorgantes, é celebrado o presente Contrato de Comodato que se regerá pelas cláusulas seguintes:-----



----- PRIMEIRA CLÁUSULA: O Primeiro Outorgante é dono e legítimo proprietário, do Prédio Urbano, sito na Quinta das Canas em Santa Marta de Penaguião, deste Concelho, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 956 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o nº 907/20071218.-----

----- SEGUNDA CLÁUSULA: Pelo presente contrato o Primeiro Outorgante, na qualidade em que outorga, cede ao Segundo Outorgante, para o uso exclusivo da indicada Associação, a título de Comodato, o Prédio Urbano identificado na cláusula primeira.-----

----- TERCEIRA CLÁUSULA O presente contrato tem como fim o funcionamento da Clínica Social, onde são exercidas, pelo Segundo Outorgante, as atividades de Fisioterapia, Terapia da Fala e Psicologia, bem como outras atividades de acordo os seus Estatutos, não lhe podendo ser dado outro destino, sob pena de resolução contratual.-----

----- QUARTA CLÁUSULA: A cedência é feita a título gratuito.-----

----- QUINTA CLÁUSULA: O prazo do Contrato é de 5 anos, com início na data da assinatura do presente contrato.-----

----- SEXTA CLÁUSULA: O Contrato renovar-se-á automaticamente, no fim do prazo, por períodos de 5 anos, caso não seja denunciado por qualquer das partes.-----

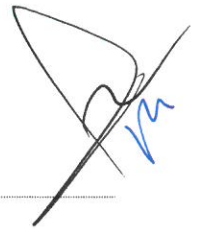
----- SÉTIMA CLÁUSULA: O presente Contrato fica sem efeito caso a Segunda Outorgante não inicie a sua atividade social no prazo de dois anos a contar da assinatura do presente contrato.---

----- OITAVA CLÁUSULA: O Segundo Outorgante deve entregar o Prédio urbano, objeto deste Contrato, findo o prazo, e/ou renovação, ou quando o Primeiro Outorgante, com justa causa, comunique ao Segundo Outorgante, através de carta registada com aviso de receção, a sua intenção de por fim a este Contrato de Comodato. -----

----- NONA CLÁUSULA: O Segundo Outorgante não pode ceder o identificado prédio, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, seja a que título for, sem consentimento expresso do Primeiro Outorgante.-----

----- DÉCIMA CLÁUSULA: O Segundo Outorgante não pode fazer obras ou benfeitorias, a não ser as de conservação, sem autorização do Primeiro Outorgante, ficando estipulado que as que fizer ficam pertencendo ao prédio, não podendo o Segundo Outorgante alegar retenção ou pedir por elas qualquer indemnização.-----

----- DÉCIMA PRIMEIRA CLÁUSULA: O Segundo Outorgante é obrigado a conservar o Prédio urbano em bom estado, não lhe podendo dar fim diverso daquele a que o imóvel se destina.-----



----- DÉCIMA SEGUNDA CLÁUSULA: Durante a vigência do presente contrato, é da responsabilidade da Segunda Outorgante os encargos decorrentes, entre outros, o pagamento das despesas da celebração de contratos e consumos de água, saneamento, eletricidade, gás, telecomunicações, limpeza e manutenção do espaço, pagamento de quaisquer taxas ou tarifas, prémios de seguros de incêndio, de responsabilidade civil e todos os demais legalmente exigíveis, fazendo prova anualmente do respetivo pagamento, junto da Câmara Municipal. -----

----- DÉCIMA TERCEIRA CLÁUSULA: O objeto do presente Contrato deve ser entregue ao Primeiro Outorgante, findo o Contrato, em bom estado de conservação, sendo o Segundo Outorgante, responsável pelos prejuízos que por culpa sua, possam existir.-----

----- DÉCIMA QUARTA CLÁUSULA: O Segundo Outorgante declara que recebeu o prédio em boas condições e obriga-se a restituí-lo, findo o presente contrato, nas mesmas condições.-----

----- DÉCIMA QUINTA CLÁUSULA: Em tudo o que o presente Contrato for omissa aplicar-se-á as regras respeitantes ao Contrato de Comodato.-----

----- DÉCIMA SEXTA CLÁUSULA: Este Contrato é feito em duplicado, destinados a cada um dos Outorgantes.-----

----- Santa Marta de Penaguião, ____ de ____ de 2014. -----

----- O Primeiro Outorgante -----

----- O Segundo Outorgante -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, cedência da loja do Bairro da Quinta das Canas à Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – A2000, bem como a minuta do Contrato de Comodato a celebrar. -----**

O senhor Vereador José Manuel Moreira Lopes, ausentou-se da reunião na discussão e votação deste ponto. -----

Doação do Bairro do Padre Mendes – Medrões

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----



----- A Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião tem tido como principal preocupação e ação proporcionar uma habitação condigna a todos os seus munícipes, concretamente através da construção de Bairros Socias. -----

----- Considerando que o Bairro do Padre Mendes – Medrões, devido ao seu estado de degradação torna-se necessário proceder, o mais breve possível, à realização de obras de restauro das habitações, por forma a criar condições de habitabilidade às famílias que ali vivem.

----- Considerando que a Fábrica da Igreja de Medrões não possui meios financeiros para suportar os custos com a reparação dessas habitações. -----

----- Considerando que o Município para poder executar tais obras, necessita que os prédios estejam em nome do Município. -----

----- Neste contexto, a concretização da vontade manifestada pelo representante Fábrica da Igreja de Medrões está, assim dependente de aceitação da doação por parte do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Nos termos da alínea j) do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, aceitar doações, legados e heranças a benefício do inventário, pelo que proponho ao Executivo Municipal que delibere a aceitação da doação dos seguintes prédios: -----

----- Prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 769-A e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o nº 1488/20120910, e -----

----- Prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo P 750 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o nº 1510/20121129." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, aceitar a doação, de acordo com a proposta a apresentada.** -----

Prestação de serviços – Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal de Contas – Emissão de Parecer Prévio

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e do Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, determina que a prestação de



contas seja remetida ao órgão deliberativo para a apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedades de revisores de contas.-----

----- O n.º 1 do artigo 77.º da mesma Lei estabelece que o auditor externo responsável pela certificação legal de contas é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo. -----

----- O n.º 2 do mesmo artigo explana as competências do auditor externo que deverá proceder anualmente à certificação legal das contas: -----

----- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte; -----

----- Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município; -----

----- Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; -----

----- Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira; -----

----- Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal. -----

----- Considerando o disposto no n.º 4, do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2014 (OE2014), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro e 55-A/2010, de 31 de Dezembro e pela LOE 2012, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação regulada pela Portaria n.º 9-A/2012, de 10 de Janeiro, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º e do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011 (LOE 2012), de 30 de Dezembro, aplicação da



redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei n.º55-A/2010, de 31 de Dezembro (LOE 2011), alterada pelas Lei n.ºs 48/2011, de 26 de Agosto e 60-A/2011, de 30 de Novembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, já referida, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e a mesma contraparte. -----

----- Assim, considerando a impossibilidade de satisfazer esta necessidade através de trabalhadores providos no mapa de pessoal, dada a inexistência de trabalhadores com qualificação técnica, bem como a ausência de meios técnicos; -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos, com convite a entidade especializada nesta matéria; -----

----- Considerando ainda que a Assembleia Municipal na sua reunião de 27 de dezembro de 2013, deu parecer favorável à assunção de compromissos plurianuais. -----



----- Neste sentido, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços com um Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal de Contas, pelo prazo de 12 meses renovável por iguais períodos até ao limite de três anos e com um valor base estimado de 8.500,00 €/ano, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- De acordo com a declaração emitida pelos Serviços de Contabilidade, anexa à presente informação, a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 02. 02.02.14. -----

----- Finalmente, tendo em consideração o disposto no n.º 2 do artigo 73.º da LOE 2014, verifica-se que não é obrigatório proceder-se à redução remuneratória, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 19.º n.º 1, al.ª c), da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro e suas posteriores alterações, uma vez que não foram celebrados contratos com idêntico objeto e ou contraparte em 2013. -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 4 e 11, do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2014 (OE2014), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro, parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços com um Revisor Oficial de Contas para Certificação Legal de Contas, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 acima mencionados." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços com um Revisor Oficial de Contas para certificação legal de contas, de acordo com informação dos serviços.** -----



Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até 13 março de 2014

----- 4 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 13 de março de 2014, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	13-03-2014
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		106.689,05	Despesas Orçamentais (*)	888.669,32
Execução orçamental	106.689,05		Correntes	662.837,31
Operações de tesouraria			Capital	225.832,01
			(*) Compromissos	7.732.047,78
Receitas Orçamentais		932.795,12	Operações de tesouraria	66.340,92
Correntes	869.573,12		Saldo para o dia seguinte:	150.814,85
Capital	63.222,00		Execução orçamental	150.814,85
Operações de tesouraria		66.340,92	Operações de tesouraria	
Total		1.105.825,09	Total	1.105.825,09

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Adesão do município à Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal

----- 5 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice Presidente da Câmara, Dr.^a Sílvia da Fonseca Silva Guedes, com o seguinte teor: -----

----- “ Considerando o Projeto de Desenvolvimento económico que este município tem em vista em andamento para o nosso concelho, considera-se imperativo integrar a Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal. Esta integração não nos acarreta qualquer tipo de custo (quota ou joia de inscrição). Por duas razões, além de sermos sócios fundadores, estamos também agora



intimamente ligados à recuperação e revitalização da Rota de Vinhos do Porto, rota considerada de extrema importância para esta associação das rotas. -----

----- Esta rota foi a primeira a ser formada, é portanto a mais antiga, e representa todo o Douro no mundo das diversas rotas já existentes em Portugal. -----

----- Nestes termos, submete-se à consideração do Executivo Municipal a decisão de integrar a referida Associação, a qual caso mereça a aprovação nos termos da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei, n.º 75/2013, de 12, Setembro, deverá ser submetida à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, do referido diploma. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a integração do Município na Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal, de acordo com a informação e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na al.ª k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

Sanhoane Sport Clube – Pedido de apoio financeiro

----- 6 – Presente à reunião ofício do Sanhoane Sport Clube, registado sob o n.º 446, de 10 de março de 2014, a solicitar apoio financeiro para a realização da Procissão dos Penitentes (Encontro), que irá decorrer no dia 06 de abril de 2014. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 300,00€ (trezentos euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 7 de 18 de março de 2014

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:45 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)